



**PAUTA
PARA A 49ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 24 DE ABRIL DE 2009**

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 263, de 2009, de autoria do Sr. Governador. Altera a Lei nº 93, de 1972, que criou o Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNCET.

2 - Projeto de lei nº 264, de 2009, de autoria do deputado Celso Giglio. Dispõe sobre a criação do Relatório de Impacto de Segurança Pública - RISE.

3 - Projeto de lei nº 265, de 2009, de autoria do deputado Cássio de Castro Navarro. Declara de utilidade pública a "Associação Amigos do Jardim Real", na Estância Balneária de Praia Grande.

4 - Projeto de lei nº 266, de 2009, de autoria do deputado Hamilton Pereira. Dispõe sobre diretrizes para a política de diagnóstico precoce e tratamento dos sintomas da Síndrome do Autismo no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

5 - Projeto de lei nº 267, de 2009, de autoria do deputado Aldo Demarchi. Autoriza o Poder Executivo a criar o "Programa Horta na Escola".

6 - Projeto de lei nº 268, de 2009, de autoria do deputado Edson Giriboni. Autoriza o Poder Executivo a criar e implantar uma Delegacia de Investigação Geral - DIG, em Capão Bonito.

7 - Moção nº 21, de 2009, de autoria da deputada Maria Lúcia Prandi. Apela para o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes dos partidos, no sentido de que empreendam esforços para a priorização do Projeto

de Lei nº 2192, de 2003, na pauta de votações daquela Casa, estabelecendo o Regime de Urgência para sua tramitação.

2ª Sessão

1 - Projeto de resolução nº 9, de 2009, de autoria do deputado Campos Machado e outros. Institui o programa "Banco de Projetos".

2 - Projeto de lei nº 262, de 2009, de autoria do deputado Hélio Nishimoto. Institui o "Programa Estadual de Divulgação, Prevenção e Tratamento do Ceratocone".

3 - Moção nº 20, de 2009, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Apela para o Sr. Presidente da República a fim de que determine aos órgãos de defesa, controle e fiscalização do espaço aéreo brasileiro para que seja respeitada a vocação regional para voos curtos e pontes-aéreas do Aeroporto de Congonhas, bem como os limites seguros de operação de voos nesse aeroporto.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 15, de 2009, de autoria do Tribunal de Contas. Dispõe sobre a criação de cargos de Agente da Fiscalização Financeira no Quadro da Secretaria do Tribunal de Contas do Estado.

2 - Projeto de lei nº 255, de 2009, de autoria do deputado Afonso Lobato. Dá a denominação de "Prefeito Geraldo de Souza Dias" ao viaduto localizado no km 33,500 da Rodovia Floriano Rodrigues Pinheiro - SP 123, em Santo Antônio do Pinhal.

3 - Projeto de lei nº 256, de 2009, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Declara de utilidade pública a "Associação Beneficente de Amparo do Idoso Cantinho do Vovô", em Limeira.

4 - Projeto de lei nº 257, de 2009, de autoria do deputado Hélio Nishimoto. Declara de utilidade pública as "Obras Assistenciais Irmã Clara", em São José dos Campos.

5 - Projeto de lei nº 258, de 2009, de autoria do deputado Olímpio Gomes. Dispõe sobre a isenção tributária para a aquisição de veículo automotor destinado ao transporte coletivo e altera a Lei nº 6.374, de 1989, que institui o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

6 - Projeto de lei nº 259, de 2009, de autoria do deputado Hélio Nishimoto. Institui o "Programa Estadual de Prevenção e Cuidados da Sepse".

7 - Projeto de lei nº 260, de 2009, de autoria da deputada Beth Sahão. Determina que as praças de pedágio, com sistema de cobrança "Sem Parar", destinem faixas exclusivas para passagem de veículos pesados tais como ônibus e caminhões.

8 - Projeto de lei nº 261, de 2009, de autoria do deputado José Bittencourt. Autoriza o Poder Executivo a criar uma Faculdade de Tecnologia - FATEC, como Unidade de Ensino do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - CEETEPS, em São Miguel Paulista.

9 - Moção nº 19, de 2009, de autoria da deputada Maria Lúcia Prandi. Apela para o Sr. Presidente da República no sentido de que determine ao Ministério da Cultura que adote as providências cabíveis para que seja analisada, com a máxima urgência, a solicitação que trata da inclusão do Convento Nossa Senhora da Conceição, no Município de Itanhaém, nos benefícios da Lei Rouanet.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 250, de 2009, de autoria do deputado Uebe Rezeck. Declara de utilidade pública o "Centro de Recuperação do Alcoólatra - CERECA", em Barretos.

2 - Projeto de lei nº 251, de 2009, de autoria do deputado Vanderlei Siraque. Obriga os bancos a garantirem o atendimento aos usuários respeitando os períodos máximos de espera entre a entrada na agência e o efetivo atendimento pelo funcionário do caixa.

3 - Projeto de lei nº 252, de 2009, de autoria do deputado Enio Tatto. Dispõe sobre a regulamentação de cargos comissionados no âmbito da Administração Pública Estadual, incluindo suas fundações, empresas e autarquias.

4 - Projeto de lei nº 253, de 2009, de autoria do deputado Enio Tatto. Determina ao Poder Executivo que implante na rede hospitalar pública o fornecimento gratuito de medicação e tratamento especializado para a população em geral portadora de dependência química advinda do tabagismo.

5 - Projeto de lei nº 254, de 2009, de autoria do deputado Enio Tatto. Determina ao Poder Executivo que implante na rede hospitalar pública o fornecimento gratuito de medicação e tratamento especializado para os Servidores Públicos Estaduais portadores de dependência química advinda do tabagismo.

5ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 14, de 2009, de autoria do deputado Raul Marcelo. Fica o Poder Executivo impedido de habilitar e qualificar, como organizações sociais, pessoas jurídicas de direito privado, ainda que sem fins lucrativos, e entidades filantrópicas cujas atividades sejam dirigidas à saúde.

2 - Projeto de lei nº 244, de 2009, de autoria do deputado Olímpio Gomes. Dá a denominação de "Coronel PM Dauterdimas Rigonato" ao Comando de Policiamento de Área Metropolitana - 1 (CPA/M-1), na Capital.

3 - Projeto de lei nº 245, de 2009, de autoria do deputado Olímpio Gomes. Dá a denominação de "Coronel PM Cid Benedito Marques" ao 4º Batalhão de Polícia de Choque (4º BPChq), na Capital.

4 - Projeto de lei nº 246, de 2009, de autoria do deputado Roberto Engler. Dá a denominação de "Professora Vilma Maria dos Santos" à Escola Estadual Parque Primavera II, em Guarulhos.

5 - Projeto de lei nº 247, de 2009, de autoria do deputado Mozart Russomanno. Declara de utilidade pública o "Instituto Nacional de Defesa do Cidadão e do Consumidor", em Jundiaí.

6 - Projeto de lei nº 248, de 2009, de autoria do deputado Roberto Moraes. Dá a denominação de "Professora Neuza Antonieta Vicentin" à Escola Estadual do Bairro de Água Branca, em Piracicaba.

7 - Projeto de lei nº 249, de 2009, de autoria do deputado João Barbosa. Dispõe sobre a proibição do uso de telefone celular tipo rádio nos locais que especifica.

8 - Moção nº 18, de 2009, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Apela para o Sr. Presidente da República a fim de que determine a realização dos estudos técnicos e financeiros visando a redução para 5% (cinco por cento) da contrapartida obrigatória das prefeituras municipais para a formalização de convênios para execução de obras de infraestrutura urbana, saneamento e habitação do PAC - Programa de Aceleração do Crescimento.

Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o parágrafo único do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 77, de 2008, de autoria da deputada Maria Lúcia Amary. Institui o "Dia do Estagiário".

2 - Moção nº 9, de 2008, de autoria do deputado Rogério Nogueira. Apela para o Sr. Presidente da República para que continue em defesa do ministro Carlos Lupi.

3 - Moção nº 18, de 2008, de autoria do deputado Uebe Rezeck. Apela para o Sr. Presidente e demais membros do Senado Federal no sentido de agilizar a votação do Projeto de lei nº 147, de 2006, que altera a Lei nº 4950-A, de 1966, que dispõe sobre a remuneração dos profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária, para assegurar a aplicação do salário profissional e da jornada de trabalho para os servidores públicos dos Três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e dos Municípios.

4 - Moção nº 26, de 2008, de autoria do deputado Cido Sérgio. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados a fim de aprovarem a Proposta de Emenda à Constituição nº 393, de 2001, que reduz a jornada de trabalho prevista no inciso XIII do artigo 7º.

5 - Moção nº 30, de 2008, de autoria do deputado José Bittencourt. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados a fim de que empreendam esforços na aprovação da PEC nº 393, de 2001, com a máxima brevidade possível.

6 - Moção nº 51, de 2008, de autoria do deputado José Bittencourt. Apela para os Srs. Presidentes da República, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que as Propostas de Emenda à Constituição que versam sobre a redução da jornada de trabalho, de autorias diversas, em trâmite no Congresso Nacional, sejam apreciadas, discutidas e deliberadas com a maior brevidade possível.

7 - Moção nº 72, de 2008, de autoria do deputado José Bittencourt. Apela para os Srs. Presidentes da República, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os Srs. Ministros do Trabalho e do Planejamento,

objetivando o enquadramento dos Agentes de Higiene e Segurança do Trabalho - AHST, em igualdade com os outros Agentes da Inspeção do Trabalho, no artigo 10 da Lei nº 10.593, de 2002, como Auditores-Fiscais do Trabalho.

8 - Moção nº 75, de 2008, de autoria do deputado Marcos Martins. Apela para os Srs. Presidentes da República, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados e para os líderes partidários do Congresso Nacional a fim de adotarem medidas para agilizar a regulamentação da profissão de cabeleireiro.

9 - Moção nº 77, de 2008, de autoria da deputada Maria Lúcia Amary. Apela para o Sr. Presidente da República para que, por intermédio do Ministro do Trabalho e Emprego, empreenda esforços a fim de que o repasse da taxa de serviços aos funcionários de hotéis, bares, restaurantes e similares seja regulamentado com a estipulação de penalidades ao estabelecimento infrator.

10 - Moção nº 79, de 2008, de autoria do deputado José Bittencourt. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que aprovem o Projeto de lei nº 953, de 2003, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de Técnico em Estética e de Tecnólogo em Estética.

11 - Moção nº 80, de 2008, de autoria do deputado Gilmaci Santos. Apela para os Srs. Presidentes da República, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que se aprove e regulamente o Projeto de Lei nº 2369, de 2003, que trata do assédio moral nas relações de trabalho.

12 - Moção nº 96, de 2008, de autoria da deputada Maria Lúcia Prandi. Apela para o Sr. Presidente da República, a fim de que seja reservada, pelas empresas que possuam em sua relação de empregados, no mínimo, duzentos funcionários, cota de 2% (dois por cento) do total de vagas para pessoas transplantadas.

13 - Moção nº 102, de 2008, de autoria do deputado José Bittencourt. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como aos líderes dos partidos, a fim de que envidem esforços no sentido de se agilizar e aprovar o Projeto de Lei nº 4347, de 1998, que estabelece diretrizes para uma política de prevenção e defesa dos trabalhadores em relação aos trabalhos com movimentos repetitivos.